

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Verde

Class.: 400

Data: 13/11/80

Pg.: _____



Orlando: "Querem se promover".



Alvaro: "A Europa não tem moral".



Juruna: mandado de segurança.

Os Villas Boas dizem por que Juruna não deve viajar

Os indigenistas dizem que Juruna é um "tutelado" do Estado

A ausência do cacique xavante Mário Juruna na próxima reunião do Tribunal Bertrand Russel — determinada pelo Ministério do Interior — foi motivada, segundo o sertanista Orlando Villas Boas, pela preocupação com "aspectos da segurança nacional". A decisão de negar autorização para o cacique ir a Rotterdam (Holanda), onde o Tribunal irá se reunir, baseou-se no fato de que o índio é um "tutelado" do Estado. E foi tomada "pelo receio de que Juruna não esteja preparado para julgar a questão dos índios americanos", — disse o sertanista.

— Se não tivesse surgido tanta polêmica em torno do veto à viagem — explicou Orlando Villas Boas, um dos quatro conselheiros da Funai que votaram contra a ida — o Juruna seria um dos convidados da Funai para o próximo congresso do Instituto Indigenista Interamericano, que se realizará no México, na próxima semana.

Outro sertanista, Álvaro Villas Boas — chefe da 12ª delegacia da Funai — também é contra a ida do cacique xavante a Rotterdam. E ontem, em Bauru, ele explicou por quê:

— A Europa e, principalmente, a Holanda não têm moral para julgar o que o governo brasileiro tem feito para os nossos índios. O Tribunal Bertrand Russel não é reconhecido pelo Brasil e, além do mais, Mário Juruna não é uma pessoa emancipada. Ele é um índio e, como

tal, tem uma série de restrições, mas também possui uma outra série de regalias, como terra e assistência governamental, não paga impostos, não tem serviço militar. A Funai já ofereceu a Juruna a emancipação, mas ele é esperto e não a aceita.

A delegação brasileira ao congresso do Instituto Indigenista Interamericano parte hoje de Brasília. Dela fazem parte Orlando Villas Boas, o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, e dois índios convidados pelo governo federal, cujos nomes não foram divulgados.

A presença desses índios na delegação foi considerada estranha pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que vê nesse fato uma contradição na postura oficial. Orlando Villas Boas não concorda, dizendo que a diferença de tratamento tem uma justificativa; segundo ele, o Brasil não reconhece o Tribunal Bertrand Russel, o mesmo não acontecendo em relação ao Instituto Indigenista Interamericano, do qual o País é um dos integrantes.

Darcy Ribeiro, que participará do encontro em Rotterdam como convidado, é um dos críticos mais duros à decisão do governo de impedir a viagem de Juruna. Ele acha a medida uma "violência, na medida em que nega ao índio Juruna, um homem inteligente e um líder de seu povo, um direito primário".

— Jamais o regime de tutela do Estado sobre o índio tinha sido

usado para considerá-lo um ser inferior. E como se um homem a quem se entrega a tutela de uma criança lutasse para que ela não conseguisse sua emancipação.

Orlando Villas Boas tem uma opinião diferente: acha que o Tribunal Bertrand Russel tem apenas uma conotação política e que Juruna foi envolvido nessa questão por pessoas que querem promover-se à custa do índio. Lá fora, "por europeus que se esquecem de seu recente passado colonialista na África". Aqui dentro, "pelos gênios salvadores do nosso mundo, que tiram do bolso do colete soluções que apresentam nos gabinetes e nos balcões de bares, mas que não querem ir para o mato".

Ainda ontem, em Brasília, o ministro Adhemar Raimundo, do Tribunal Federal de Recursos, pediu ontem ao ministro do Interior, Mário Andreazza, informações sobre o mandado de segurança impetrado no TFR pelo cacique Mário Juruna, contra o ato do ministro que o impede de participar do Tribunal Bertrand Russel, em Rotterdam. O advogado Caio Lustosa pediu no mandado que o TFR conceda medida liminar, para que o cacique possa viajar, independente do julgamento da ação. O ministro Adhemar Raimundo, no entanto, ao invés de conceder a liminar, preferiu solicitar as informações do ministro do Interior, para depois apreciar o pedido formulado pelo cacique xavante.